



O presidente da Câmara, deputado Hugo Motta, em sessão no plenário da Casa Bruno Spada - 27.mai.25/Divulgação

Oposição na Câmara pressiona Motta para analisar prisão de Zambelli, que sofre isolamento

Deputada bolsonarista enfrenta resistências no centrão e em parte da ultradireita, e há divergências jurídicas sobre ação da Casa

Marianna Holanda,
Raphael Di Cunto e Paola Rosa

BRASÍLIA E SÃO PAULO A oposição na Câmara dos Deputados pressiona o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), a pautar com rapidez a análise do pedido de prisão da deputada Carla Zambelli (PL-SP), mas há divergências jurídicas sobre a questão.

Em tese, o prazo oficial para que a Câmara tome uma decisão em relação ao processo seria de 45 dias a partir da notificação, que ocorreu nesta quarta-feira (4), quando o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes tomou a decisão e já comunicou o Parlamento.

No entanto, como não houve prisão em flagrante, mas uma ordem de prisão preventiva, há interpretações jurídicas de que a Casa não poderia tomar essa decisão.

O advogado e professor de direito constitucional Miguel Godoy entende que a Câmara pode sustar apenas a prisão em flagrante por crime inafiançável imposta a um deputado, e não o mandado de prisão preventiva ou temporária expedido pelo Judiciário, salvo em casos muito específicos. Ele considera que há no Supremo entendimento consolidado sobre essa limitação.

Para Wallace de Almeida Corbo, professor de direito constitucional da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e da FGV (Fundação Getúlio Vargas), a deliberação da Casa já poderia ser deflagrada com a determinação da prisão, mas pode haver restrição pelo fato de já ter havido uma condenação em definitivo.

“Estamos diante de um caso em

que, eventualmente, o Supremo pode entender que a Câmara não tem o poder de relaxar a prisão por conta da condenação.”

A parlamentar, que está foragida da Justiça, enfrenta outro problema em Brasília, de ordem política: seu isolamento.

Zambelli não conta com a amizade do centrão nem de parte de seus colegas da ultradireita.

Contam a seu favor o espírito de corpo dos deputados, quando o assunto é prerrogativa parlamentar, e o clima do Congresso com o STF, que segue desajustado. O caso poderia ser um meio de dar um recado à corte, se as lideranças da Casa entenderem que é necessário diante dos embates com o Judiciário.

Mas o fato é que Zambelli não tem tantos aliados dispostos a comprar sua briga. Nas redes sociais e publicamente, só parte dos bolsonaristas saiu em sua defesa.

Segundo um líder de centro, o tema ainda não entrou na agenda do dia —o Congresso está realizando 11º Fórum Parlamentar dos Brics nesta semana. Motta se limitou a dizer a aliados que tratará do assunto com líderes.

O líder da oposição, Coronel Zucco (PL-RS), classificou nesta quarta o pedido de prisão como “ato político, autoritário e persecutório” e cobrou Motta a se manifestar com firmeza e urgência.

O deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) também cobrou Motta. “Tem o dever constitucional de submeter a decisão ao plenário”, disse. “Não se trata de proteger uma pessoa, mas de defender o Estado de Direito diante de mais uma grave violação das garantias constitucionais”, afirmou.

O líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), foi um dos primeiros a se manifestar, logo após Zambelli dizer que estava fora do Brasil e que não retornaria.

“Mais uma vez, vemos o Judiciário ultrapassar os limites constitucionais para perseguir parlamentares conservadores. Quando a voz da maioria é silenciada por decisões de poucos, não estamos mais em uma democracia — estamos em estado de exceção”, afirmou.

Reservadamente, porém, muitos parlamentares, até do PL, não demonstram disposição em se mobilizar pela deputada. Um aliado de Zambelli atribui isso ao gesto de Jair Bolsonaro (PL) de pôr nela a culpa da derrota da eleição de 2022 (pela perseguição com arma em punho um homem em São Paulo) e romper relações.

Bolsonaro não se manifestou sobre o pedido de prisão —nem Michelle, nem o PL nem o PL Mulher. O deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) compartilhou notícias sobre o caso, porém mais para reforçar críticas a Moraes do que em solidariedade.

Desde a eleição de 2022, ela tem vivido o que classificou como “inferno astral” —quando o episódio da perseguição armada foi classificado pela campanha do ex-presidente como um ponto de inflexão negativo. Bolsonaro chegou a dizer que Zambelli “tirou o mandato da gente”.

À Folha, em março passado, ela disse que se via abandonada pelo ex-presidente e discordava da avaliação de ter culpada na derrota.

“Não só eu como outras pessoas também perderam a amizade do presidente [Bolsonaro] no momento que precisaram”, disse.